



FioPrev
O SEU BENEFÍCIO MAIOR

**Relatório de
Atividades 2012**

Mensagem da Diretoria

Caro Participante,

Mais um ano e a sensação de que cumprimos o nosso dever de exercer uma administração inteiramente voltada para a concessão dos benefícios e uma gestão eficiente dos investimentos relacionados à Previdência.

O FioPrev obteve em 2012 uma variação positiva no patrimônio social, que ultrapassou 25 milhões de reais. Isso em um ano ainda difícil para todo o setor de fundos de pensão, em especial na renda variável, cuja volatilidade no preço das ações exigiu muita cautela e eficiência nas decisões deste tipo de investimento. A rentabilidade no ano foi de 12,51%, acima da meta atuarial de 11,51%.

O período foi marcado pela conjuntura adversa mundial e seus reflexos na economia nacional. As negociações junto a Fiocruz e ASFOC, para criação de um novo plano instituído e consequente conversão do Plano RJU, foram mantidas e apontam para uma solução em 2013. É proposta da Diretoria Executiva do FioPrev que os atuais participantes do Plano BD-RJU possam transferir para o novo Plano parte de suas contribuições que hoje são destinadas para os dois benefícios de risco em vigor. Para que tal transferência seja possível, um importante passo foi dado nesta direção com a aprova-

ção pelo conselho deliberativo do FioPrev da adoção do método de capitalização para financiamento destes benefícios a partir de 2012.

O novo plano, que pela legislação deve ser constituído na modalidade de contribuição definida, também atenderá aos servidores admitidos nos últimos concursos da Fiocruz, que ficaram impossibilitados de se inscrever no FioPrev. Tendo entrado em funcionamento a FUNPRESP (Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal), os servidores nomeados a partir de Fevereiro de 2013 somente poderão se aposentar tendo como provento o mesmo valor adotado como teto pela Previdência Social. Isso não impede que estes novos servidores queiram se inscrever no novo Plano do FioPrev para obterem um ganho adicional mesmo que optem pela adesão ao Plano da FUNPRESP.

Tal cenário reforça a importância de se contar com uma instituição como o FioPrev. Que o digam aqueles que dependem atualmente de nossos benefícios, pagos impecavelmente.

É com satisfação que podemos afirmar: continue contando conosco. Preparamos este relatório para que você possa conferir o desempenho detalhado do FioPrev em 2012.

Diretoria Executiva

EXPEDIENTE | Relatório de Atividades 2012 do Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social - FioPrev

Patrocinadoras – Fundação Oswaldo Cruz e FioPrev | Conselho Deliberativo – Leila de Mello Yañez Nogueira (Presidente), Celso Cravo, Delson da Silva, Lucia Helena da Silva, Luiz Alberto Pereira, Jorge Tadeu Arruda, Maria Amália N. Monteiro, Sergio Munck, Sônia Aparecida Freitas de Pinho, Sueli Maria Motta Cardoso, Tibério de Moura Filho e Vanessa Costa e Silva | Conselho Fiscal – Maria Ieda Santos Cruz (Presidente), Genésio Vincentin, José Francisco Pedra Martins, Licia de Oliveira, Luciana Vivório Cardoso, Roberto da Cruz Alves e Valeria Simões, | Diretoria Executiva – Carlos Magno Ramos, Jacques Mendes Meyohas | Coordenação editorial e gráfica – Celleria Comunicações (cellera@cellera.com.br) Projeto gráfico e diagramação – Miriã Andrade

PARTICIPANTES

O FioPrev administra dois planos de previdência registrados no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) da PREVIC: BD-RJU e BD-FioPrev. O BD-RJU, CNPB 1991000138, atende os servidores da Fiocruz contratados sob o Regime Jurídico Único. Já o BD-Fio-Prev (tam-

bém conhecido como Plano CLT), CNPB 1985000318, contempla os servidores da Fiocruz que não puderam ingressar no RJU (maioria estrangeiros), os empregados do Instituto e os empregados da Caixa de Assistência transferidos do FioPrev no momento da cisão.

BENEFÍCIOS

Benefícios garantidos aos participantes do plano BD-RJU

Complementação de aposentadoria proporcional por invalidez

Para o participante considerado incapacitado para o trabalho que venha a se aposentar de forma proporcionalmente pelo RJU.

Complementação de pensão por morte

O benefício dos participantes que recebem complementação de aposentadoria é revertido em pensão em caso de morte do titular. Não há complementação de pensão quando o servidor falece em atividade.

Pecúlio por morte

É o benefício que garante aos beneficiários designados pelo participante um pagamento único total igual a 10 vezes o salário real de benefício do participante, sobre o qual incidiu a contribuição FioPrev correspondente ao mês anterior ao falecimento.

Complementação de abono anual

Este benefício é devido a todo o participante que recebe complementação do FioPrev. Equivale ao 13º pago aos trabalhadores.

Atenção: Desde a publicação do Ofício 509, em março de 2007, expedido pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência (atual PREVIC), o FioPrev está proibido de conceder novos benefícios de complementação de aposentadoria não decorrente de invalidez e a reversão desse benefício em pensão.

Benefícios garantidos aos participantes do BD-FioPrev

Complementação de aposentadoria por invalidez

Para trabalhadores aposentados pelo INSS por incapacidade de trabalho, como consequência do auxílio-doença ou de acidente incapacitante de qualquer natureza.

Complementação de aposentadoria por idade

Somente para participantes que se aposentam por idade pelo INSS. Exige 10 anos de vinculação à Patrocinadora e dois anos de contribuição ao FioPrev.

Complementação de aposentadoria por tempo de serviço

Destinado aos que se aposentam por tempo de serviço pelo INSS. O participante deve ter no mínimo 58 anos de idade, 35 anos de serviço, 10 anos de vinculação à Patrocinadora e 2 anos de contribuição ao FioPrev.

Complementação de aposentadoria especial

Destinada aos que se aposentam pelo INSS por exercerem atividade insalubre, perigosa ou periculosa, de acordo com a legislação previdenciária. É necessário ter 55 anos de idade, 10 anos de vinculação à Patrocinadora e 2 anos de contribuição ao FioPrev.

Complementação de pensão por morte

Benefício destinado aos dependentes reconhecidos pelo INSS. O participante falecido precisa ter completado pelo menos 1 ano de vinculação à Patrocinadora. O pagamento da pensão equivale a 50% da complementação recebida mais 10% por cada dependente, chegando, no máximo, a 100%.

Pecúlio por morte

É o benefício que garante aos beneficiários designados pelo participante o pagamento único total de uma importância em dinheiro igual a 10 vezes o salário real de benefício do participante relativo ao mês precedente ao do falecimento. O salário real de benefício corresponde à média dos 12 últimos salários de participação, que equivale à complementação do assistido ou à soma das parcelas da remuneração do participante, sobre a qual incidiu a complementação FioPrev.

Complementação de auxílio-doença

Voltado aos participantes que estiverem recebendo o benefício de auxílio doença pelo INSS. Não há carência.

Complementação de auxílio-reclusão

Destinado aos dependentes reconhecidos pelo INSS e válido somente pelo período enquanto durar a reclusão. Não há carência. O cálculo feito é 50% da complementação da aposentadoria por invalidez que o participante teria direito somado a 10% por cada dependente não podendo ultrapassar os 100%.

Complementação de abono anual

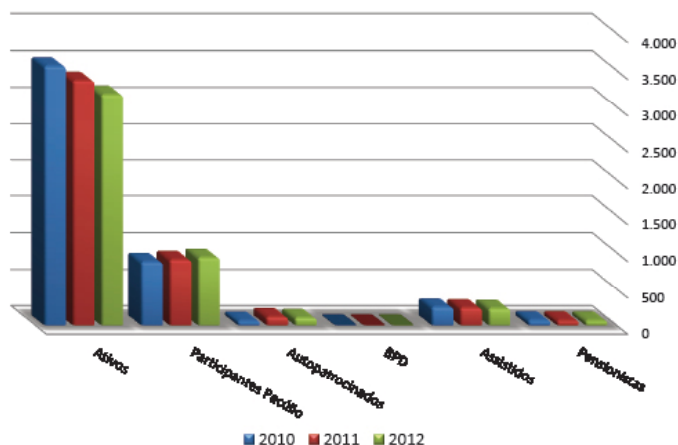
Este benefício é devido a todo participante que receba complementação do FioPrev. Equivale ao 13º salário pago aos trabalhadores.

PARTICIPANTES E DADOS

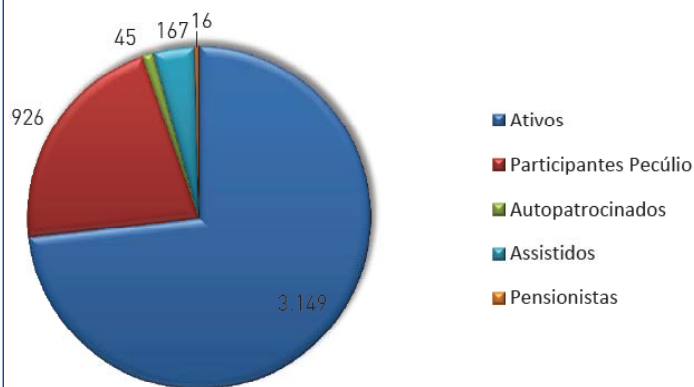
Tabelas e Gráficos

	2010			2011			2012		
	BD-FioPrev	BD-RJU	TOTAL	BD-FioPrev	BD-RJU	TOTAL	BD-FioPrev	BD-RJU	TOTAL
Ativos	80	3470	3550	16	3338	3354	14	3149	3163
Participantes Pecúlio	-	865	865	-	896	896	-	926	926
Autopatrocinados	2	53	55	55	54	109	51	45	96
BPD	1	-	1	1	-	1	1	-	1
Assistidos	59	183	242	59	173	232	57	167	224
Pensionistas	47	16	63	45	16	61	44	16	60
Total	189	4587	4776	176	4477	4653	167	4303	4470

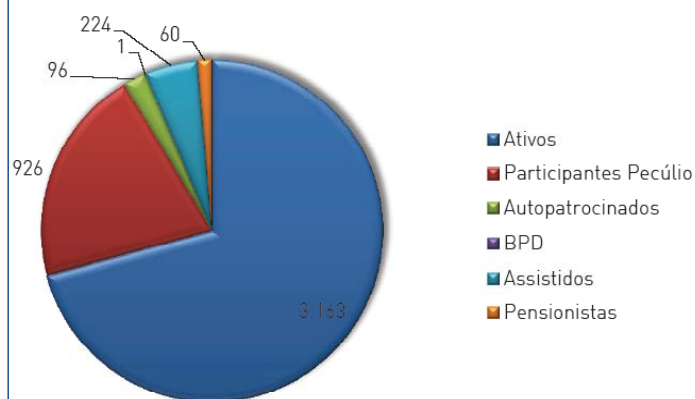
Participantes 2010, 2011 e 2012



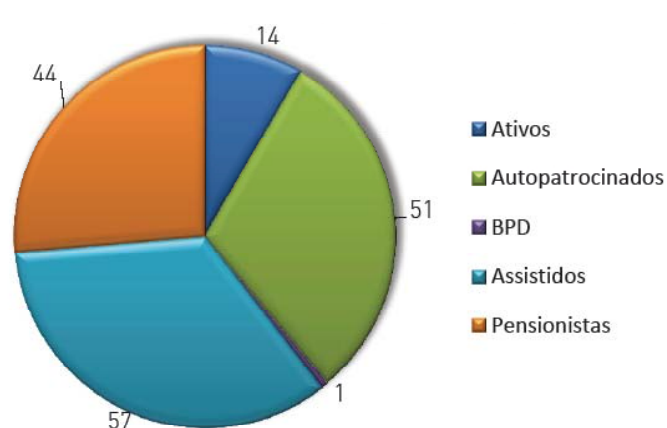
Participantes BD-RJU 2012



Total de Participantes 2012



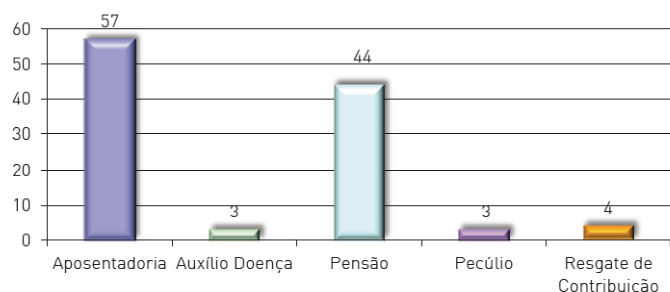
Participantes BD-FioPrev 2012



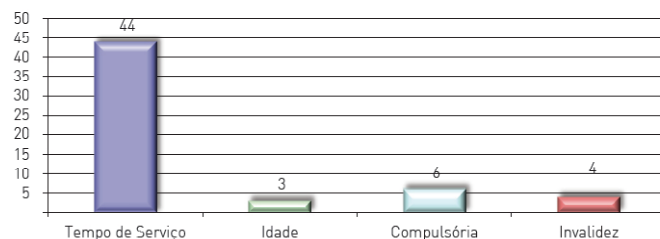
Benefícios pagos em 2012

	CLT		RJU		TOTAL	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
Aposentadoria	57	50.357,45	167	175.069,38	224	225.426,83
Tempo de Serviço	44	30.189,79	23	14.874,27	67	45.064,06
Idade	3	13.311,82	-	-	3	13.311,82
Compulsória	6	4.424,23	14	8.014,08	20	12.438,31
Especial	-	-	-	-	-	-
Invalidez	4	2.431,61	130	152.181,03	134	154.612,64
Auxílio Doença	3	13.469,42		-	3	13.469,42
Pensão	44	29.457,76	16	7.531,61	60	36.989,37
Pecúlio	3	21.304,34	32	1.813.162,17	35	1.834.466,51
Ativos	-	-	5	348.810,90	5	348.810,90
Participantes Pecúlio	-	-	22	1.314.006,70	22	1.314.006,70
Assistidos	3	21.304,34	5	150.344,57	8	171.648,91
Total	107	114.588,97	215	1.995.763,16	322	2.110.352,13
Resgate de Contribuição	4	25.395,88	-	-	4	24.395,88

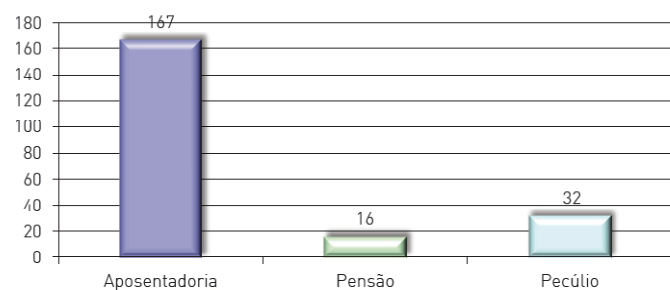
Benefícios Plano BD-FIOPREV



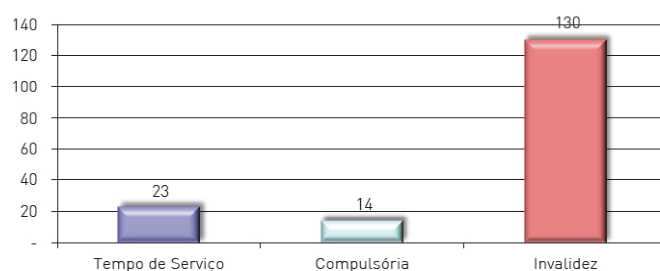
Aposentadoria Plano BD-FIOPREV



Benefícios Plano BD-RJU



Aposentadoria Plano BD-RJU



INVESTIMENTOS

Performance dos investimentos

Segmento	Rentabilidade por Segmento																
	Rentabilidade %																
	Jan	Fev	Mar	1° Tri	Abr	Mai	Jun	2° Tri	Jul	Ago	Set	3° Tri	Out	Nov	Dez	4° Tri	2012
Renda Fixa	1,20	1,26	1,63	4,14	2,31	1,38	0,16	3,70	1,55	1,14	1,08	3,83	1,82	0,66	1,12	3,64	16,22
Renda Variável	0,91	4,07	-3,51	1,34	-8,10	-14,11	-8,52	-27,80	9,54	5,45	5,00	8,74	0,89	-10,87	7,00	-3,78	-23,44
Imóveis	0,52	0,52	0,52	1,56	0,52	0,52	0,52	1,57	0,52	0,52	0,52	1,57	0,52	0,52	0,52	1,58	6,43
Operações c/ Participantes	-2,71	-3,20	-3,11	8,78	-3,58	-4,12	-6,17	-13,24	-1,69	-5,43	10,12	2,38	8,71	5,22	4,19	19,18	-3,41
Empréstimos RJU	-2,84	-3,55	-3,25	-9,33	-3,72	-4,34	-6,75	-14,11	-1,81	-5,73	10,58	2,36	9,01	5,22	4,32	19,65	-4,62
Empréstimos CLT	0,88	0,74	0,74	8,30	0,95	1,37	7,75	10,27	1,00	0,84	0,74	2,60	1,72	5,29	0,73	7,88	32,19
Consolidado	1,08	1,09	1,09	3,60	1,18	0,14	-0,48	0,84	1,94	0,63	1,42	4,05	1,83	0,04	1,60	3,51	12,51

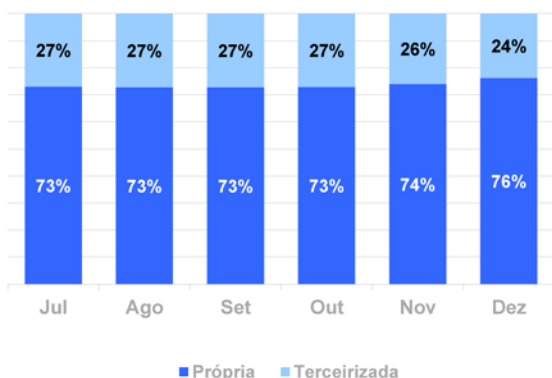
Índices de mercado

Índice %	Jan	Fev	Mar	1° Tri	Abr	Mai	Jun	2° Tri	Jul	Ago	Set	3° Tri	Out	Nov	Dez	4° Tri	2012
TMA1	0,92	0,80	0,59	2,32	1,05	0,96	0,67	2,70	0,84	0,86	1,04	2,76	1,12	0,95	1,15	1,15	11,51
INPC	0,51	0,39	0,18	1,08	0,64	0,55	0,26	1,46	0,43	0,45	0,63	1,52	0,71	0,54	0,74	0,74	6,20
IPCA	0,56	0,45	0,21	1,22	0,64	0,36	0,08	1,08	0,43	0,41	0,57	1,42	0,59	0,60	0,79	0,79	5,84
IGP-M	0,25	-0,06	0,43	0,62	0,85	1,02	0,66	2,58	2,34	1,43	0,97	3,78	0,02	-0,03	0,68	0,68	7,82
SELIC	0,89	0,79	0,82	2,52	0,75	0,74	0,64	2,15	0,68	0,69	0,57	1,95	0,64	0,58	0,55	0,55	8,67
CDI	0,89	0,74	0,81	2,46	0,70	0,73	0,64	2,09	0,68	0,69	0,54	1,91	0,61	0,54	0,53	0,53	8,40
IBOV MÉDIO	5,41	8,02	1,74	15,84	-6,00	-8,55	-4,44	-17,84	-0,33	6,83	3,11	9,79	-2,30	-2,58	4,09	4,09	3,55
IBOV FECHAMENTO	11,13	4,34	-1,98	13,67	-4,17	-11,86	-0,25	-15,74	3,21	1,72	3,71	8,87	-3,56	0,71	6,05	6,05	7,40
IMA GERAL	1,25	1,33	1,47	4,10	2,51	1,60	0,43	4,60	1,90	1,13	0,93	4,02	2,18	0,47	1,25	1,25	17,74

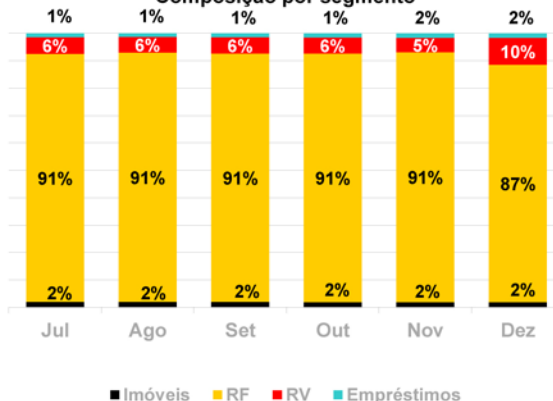
¹ A taxa de juros adotada nas avaliações e projeções atuariais do plano BD - CLT e BD - RJU é de 5% e o indexador é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo IBGE.

Relatório Gerencial de Investimento

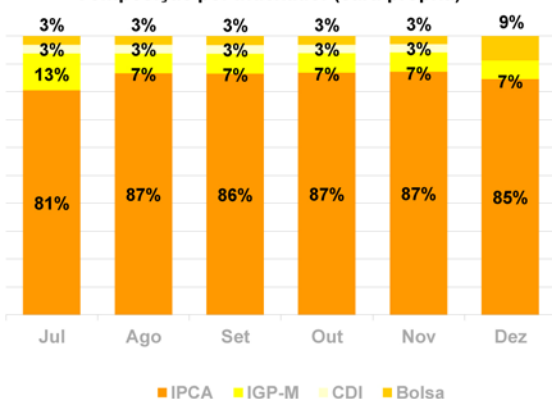
Gestão própria x gestão terceirizada



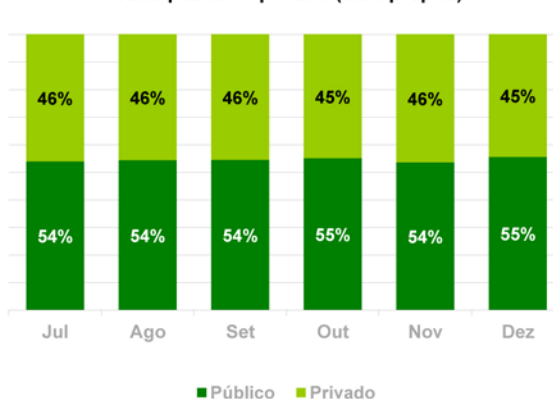
Composição por segmento



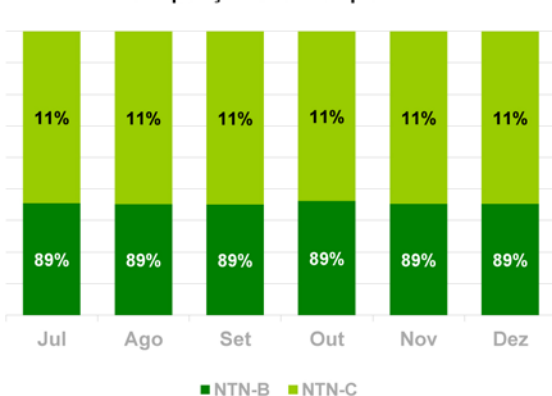
Composição por indexador (cart. própria)



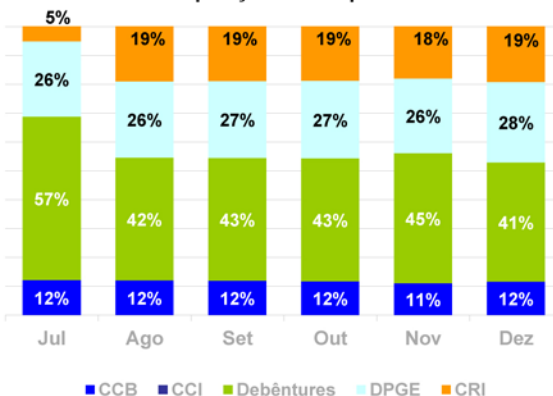
Crédito público e privado (cart. própria)



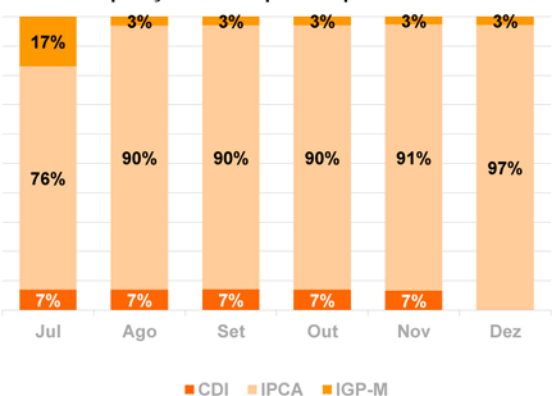
Composição de crédito público



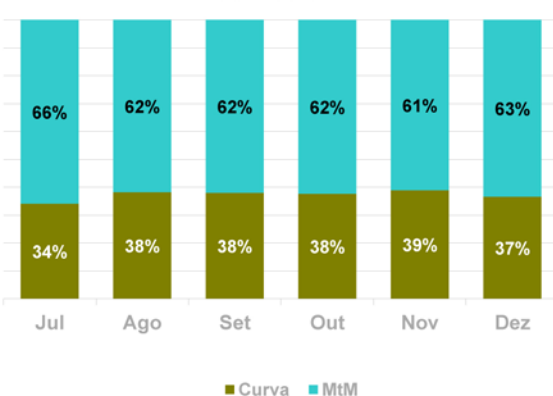
Composição crédito privado



Composição crédito privado por indexador



MtM x Curva



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS: PLANO BD - FIOPREV

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2012 a 12/2012	INPC	5,00%

Documentação/Responsáveis

Nº da Ata de Aprovação: 04/2011

Data da Aprovação pelo Conselho Deliberativo: 19/12/2011

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Segmento	Nome	CPF	Cargo
PLANO	JACQUES MENDES MEYOHAS	893.164.107-97	Diretor Adm/Financeiro

Controle de Riscos

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Outros

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2012 a 12/2012

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
RENDA FIXA	0,00%	100,00%	0,00%
RENDA VARIÁVEL	0,00%	30,00%	0,00%
IMÓVEIS	0,00%	8,00%	0,00%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00%	15,00%	0,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00%	20,00%	0,00%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00%	10,00%	0,00%

Período de Referência: 01/2012 a 12/2012

Utiliza Derivativos? Sim

Observações

Em relação a gestão terceirizada, ressaltamos que o cenário macroeconômico e setorial é de responsabilidade da instituição.

PLANO DE BENEFÍCIOS: PLANO BD - RJU

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2012 a 12/2012	INPC	5,00%

Documentação/Responsáveis

Nº da Ata de Aprovação: 04/2011

Data da Aprovação pelo Conselho Deliberativo: 19/12/2011

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado			
Segmento	Nome	CPF	Cargo
PLANO	JACQUES MENDES MEYOHAS	893.164.107-97	Diretor Adm/Financeiro

Controle de Riscos

Risco de Mercado
Risco Legal

Risco de Liquidez
Risco Operacional

Risco de Contraparte
Outros

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2012 a 12/2012			
Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
RENDA FIXA	0,00%	100,00%	0,00%
RENDA VARIÁVEL	0,00%	30,00%	0,00%
IMÓVEIS	0,00%	8,00%	0,00%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00%	15,00%	0,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00%	20,00%	0,00%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00%	10,00%	0,00%

Período de Referência: 01/2012 a 12/2012
Utiliza Derivativos? Sim

Observações

Em relação a gestão terceirizada, ressaltamos que o cenário macroeconômico e setorial é de responsabilidade da instituição.

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Indexador por Plano/Segmento - Período de Referência : 01/2012 a 12/2012				
Participação	Plano/Segmento	Percentual Indexador	Indexador	Taxa de Juros
100,00%	PLANO	100,00%	DI-CETIP	0,00%

Documentação/Responsáveis

Nº da Ata de Aprovação: 04/2011

Data da Aprovação pelo Conselho Deliberativo: 19/12/2011

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado			
Segmento	Nome	CPF	Cargo
PLANO	JACQUES MENDES MEYOHAS	893.164.107-97	Diretor Adm/Financeiro

Controle de Riscos

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Outros

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2012 a 12/2012			
Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
RENDA FIXA	0,00%	100,00%	0,00%
RENDA VARIÁVEL	0,00%	30,00%	0,00%
IMÓVEIS	0,00%	8,00%	0,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00%	20,00%	0,00%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00%	10,00%	0,00%

Período de Referência: 01/2012 a 12/2012

Utiliza Derivativos? Sim

Alocação dos Recursos

Observações

Em relação a gestão terceirizada, ressaltamos que o cenário macroeconômico e setorial é de responsabilidade da instituição.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Ativo	R\$ mil		Passivo	R\$ mil	
	Exercício	Exercício		Exercício	Exercício
	Atual	Anterior		Atual	Anterior
DISPONÍVEL	312	152	EXIGÍVEL OPERACIONAL	3.295	3.075
			Gestão Previdencial	1.760	1.862
REALIZÁVEL	249.428	220.279	Gestão Administrativa	1.528	1.213
Gestão Previdencial	2.919	2.789	Investimentos	7	-
Gestão Administrativa	4.993	1.663			
Investimentos	241.516	215.827	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	4.299	1.097
Títulos Públicos	88.881	75.075	Gestão Administrativa	4.299	1.097
Créditos Privados e Depósitos	71.301	63.174			
Ações	5.189	5.354	PATRIMÔNIO SOCIAL	242.362	216.367
Fundos de Investimentos	67.695	63.232	Patrimônio de Cobertura do Plano	129.062	137.897
Investimentos Imobiliários	4.356	4.430	Provisões Matemáticas	168.392	60.364
Empréstimos	4.094	4.562	Benefícios Concedidos	64.916	45.569
			Benefícios a Conceder	103.476	14.795
PERMANENTE	216	108	Equilíbrio Técnico	(39.330)	77.533
Imobilizado	121	102	Resultados Realizados	(39.330)	77.533
Intangível	95	6	Superávit Técnico Acumulado	6.833	77.533
			Déficit Técnico Acumulado	(46.163)	-
			Fundos	113.300	78.470
			Fundos Previdenciais	105.323	71.368
			Fundos Administrativos	6.322	5.583
			Fundos de Investimentos	1.655	1.519
TOTAL DO ATIVO	249.956	220.539	TOTAL DO PASSIVO	249.956	220.539

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDADA

R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO		216.367	210.162	2,95
1. Adições		34.534	14.592	136,66
(+)	Contribuições Previdenciais	5.467	5.479	(0,22)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	25.210	6.238	304,14
(+)	Receitas Administrativas	2.850	2.584	10,29
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	871	265	228,68
(+)	Constituição de Fundos de Investimento	136	26	423,08
2. Destinações		(8.539)	(8.387)	1,81
(-)	Benefícios	(5.557)	(5.641)	(1,49)
(-)	Despesas Administrativas	(2.849)	(2.644)	7,75
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(133)	(102)	30,39
3. Acréscimos/Decréscimos no Patrimônio Social (1+2)		25.995	6.205	318,94
(+/-)	Provisões Matemáticas	108.028	9.595	1.025,88
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(116.863)	(5.412)	2.059,33
(+/-)	Fundos Previdenciais	33.955	1.893	1.693,71
(+/-)	Fundos Administrativos	739	103	617,48
(+/-)	Fundos dos Investimentos	136	26	423,08
B) PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)		242.362	2 16.367	12,01
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis				

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADA

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	5.583	5.480	1,88
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	3.721	2.849	30,61
1.1. RECEITAS	3.721	2.849	30,61
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.483	1.246	19,02
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.366	1.294	5,56
Resultado Positivo dos Investimentos	871	265	228,68
Outras Receitas	1	44	(97,73)
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2.982	2.746	8,59
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	1.616	1.348	19,88
Pessoal e Encargos	813	605	34,38
Treinamentos/Congressos e Seminários	12	8	50,00
Viagens e Estadias	21	26	(19,23)
Serviços de Terceiros	450	415	8,43
Despesas Gerais	158	171	(7,60)
Depreciações e Amortizações	29	21	38,10
Contingências	133	102	30,39
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	1.366	1.294	5,56
Pessoal e Encargos	966	936	3,21
Treinamentos/Congressos e Seminários	16	14	14,29
Viagens e Estadias	5	2	150,00
Serviços de Terceiros	288	273	5,49
Despesas Gerais	73	58	25,86
Depreciações e Amortizações	18	11	63,64
2.3. OUTRAS DESPESAS	-	104	(100,00)
3. RESULTADO NEGATIVO DOS INVESTIMENTOS	-	-	0,00
4. SOBRA/INSUFICIÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1-2-3)	739	103	617,48
5. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO (4)	739	103	617,48
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+5)	6.322	5.583	13,24
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO BD-RJU

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
1. ATIVOS	181.583	161.682	12,31
Disponível	284	112	153,57
Recebível	8.298	7.538	10,08
Investimento	173.001	154.032	12,31
Títulos Públicos	62.655	52.852	18,55
Créditos Privados e Depósitos	50.561	44.680	13,16
Ações	3.379	3.496	(3,35)
Fundos de Investimentos	49.402	45.486	8,61
Investimentos Imobiliários	3.061	3.114	(1,70)
Empréstimos	3.943	4.404	(10,47)
2. OBRIGAÇÕES	502	555	(9,55)
Operacional	502	555	(9,55)
3. Fundos não Previdenciais	6.588	5.876	12,12
Fundos Administrativos	5.382	4.754	13,21
Fundos dos Investimentos	1.206	1.122	7,49
4. Ativo Líquido (1-2-3)	174.493	155.251	12,39
Provisões Matemáticas	141.059	36.111	290,63
Superávit/Déficit Técnico	(46.163)	47.772	(196,63)
Fundos Previdenciais	79.597	71.368	11,53
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO BD-FioPrev

R\$ mil			
DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
1. ATIVOS	62.546	56.547	10,61
Disponível	13	36	(63,89)
Recebível	943	834	13,07
Investimento	61.590	55.677	10,62
Títulos Públicos	23.751	20.161	17,81
Créditos Privados e Depósitos	18.588	16.574	12,15
Ações	1.697	1.740	(2,47)
Fundos de Investimentos	16.226	15.846	2,40
Investimentos Imobiliários	1.178	1.197	(1,59)
Empréstimos	150	159	(5,66)
2. OBRIGAÇÕES	1.265	1.307	(3,21)
Operacional	1.265	1.307	(3,21)
3. Fundos não Previdenciais	1.389	1.226	13,30
Fundos Administrativos	940	829	13,39
Fundos dos Investimentos	449	397	13,10
4. Ativo Líquido (1-2-3)	59.892	54.014	10,88
Provisões Matemáticas	27.333	24.253	12,70
Superávit/Déficit Técnico	6.833	29.761	(77,04)
Fundos Previdenciais	25.726	-	-
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO BD-RJU

R\$ mil				
DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)	
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	155.251	150.054	3,46	
1. Adições	23.570	9.745	141,87	
(+)	Contribuições	5.444	5.333	2,08
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	18.126	4.412	310,83
2. Destinações	(4.328)	(4.548)	(4,84)	
(-)	Benefícios	(4.328)	(4.548)	(4,84)
3. Acréscimos/Decréscimos no Ativo Líquido (1+2)	19.242	5.197	270,25	
(+/-)	Provisões Matemáticas	104.949	2.448	4.187,13
(+/-)	Fundos Previdenciais	8.229	1.893	334,71
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(93.936)	856	(11.073,83)
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	174.493	155.251	12,39	
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	6.588	5.876	12,12	
(+/-)	Fundos Administrativos	5.382	4.754	13,21
(+/-)	Fundos dos Investimentos	1.206	1.122	7,49
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis				

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO BD-FioPrev

R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO		54.014	53.135	1,65
1. Adições		7.107	1.972	260,40
(+)	Contribuições	23	146	(84,25)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	7.084	1.826	287,95
2. Destinações		(1.229)	(1.093)	12,44
(-)	Benefícios	(1.229)	(1.093)	12,44
3. Acréscimos/Decréscimos no Ativo Líquido (1+2)		5.878	879	568,71
(+/-)	Provisões Matemáticas	3.079	7.147	(56,92)
(+/-)	Fundos Previdenciais	25.726	-	-
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(22.927)	(6.268)	265,78
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)		59.892	54.014	10,88
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS		1.389	1.226	13,30
(+/-)	Fundos Administrativos	940	829	13,39
(+/-)	Fundos dos Investimentos	449	397	13,10
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis				

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS BD-RJU

R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO (1+2)		94.896	83.883	13,13
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS		141.059	36.111	290,63
1.1. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS		54.784	36.111	51,71
	Benefício Definido	54.784	36.111	51,71
1.2. BENEFÍCIOS A CONCEDER		86.275	-	0,00
	Benefício Definido	86.275	-	0,00
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO		(46.163)	47.772	(196,63)
2.1. RESULTADOS REALIZADOS		(46.163)	47.772	(196,63)
	Superávit Técnico Acumulado	-	47.772	(100,00)
	Reserva de Contingência	-	9.028	(100,00)
	Reserva para Revisão de Plano	-	38.744	(100,00)
	(-)Déficit Técnico Acumulado	(46.163)	-	-
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis				

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO (1+2)	34.166	54.014	(36,75)
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	27.333	24.253	12,70
1.1. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	10.132	9.459	7,11
Benefício Definido	10.132	9.459	7,11
1.2. BENEFÍCIOS A CONCEDER	17.201	14.794	16,27
Benefício Definido	17.201	14.794	16,27
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	6.833	29.761	(77,04)
2.1. RESULTADOS REALIZADOS	6.833	29.761	(77,04)
Superávit Técnico Acumulado	6.833	29.761	(77,04)
Reserva de Contingência	6.833	6.063	12,70
Reserva para Revisão de Plano	-	23.698	(100,00)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			

Notas Explicativas às demonstrações contábeis em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL – FioPrev é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social – MPS, através do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPCC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e, das resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional, estando sob o regime definido pelas Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001.

Constituído em 1984, como pessoa jurídica de direito privado e aprovado em 1985 pela então Secretaria de Previdência Complementar do Ministério de Previdência e Assistência Social, está em funcionamento desde 1987. O FioPrev tem por objetivo suplementar a aposentadoria dos funcionários de suas patrocinadoras, a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ e o próprio FioPrev, e assegurar, em caso de morte, o pagamento de pecúlio e de pensão a seus beneficiários.

Os recursos de que a entidade dispõe para o cumprimento de seus objetivos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e seus participantes, bem como de rendimentos resultantes das aplicações dessas contribuições, que obedecem às regras fixadas pela Resolução CMN nº 3792, de 24 de setembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 28 de setembro de 2009, e suas alterações.

A Entidade aplica seus recursos financeiros integralmente no país e não distribui lucro ou participações de seus resultados. A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está registrada em livros obrigatórios, revestida das formalidades legais, capazes de assegurar sua exatidão.

A adaptação dos regulamentos dos planos de benefícios previdenciários às Leis nº 108 e nº109/2001, e posteriormente à Resolução CGPC nº 19/2006, ainda não foi aprovada pela PREVIC.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis em vigor no Brasil e em observância à ITG 2001, aprovada pela Resolução CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, Resolução MPAS/CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

De acordo com o que consta no item 17, ANEXO C - NORMAS GERAIS, da Resolução MPAS/CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, foram instituídos para apresentação anual, pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, os seguintes demonstrativos contábeis, pareceres e manifestação, referentes ao exercício social:

- a) Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada) comparativa com o exercício anterior;
- c) Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior;
- d) Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com exercício anterior;
- e) Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com exercício anterior;
- f) Demonstrac o das Obrigações Atuariais do Plano – DOAP (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior;
- g) Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis consolidadas;
- h) Parecer dos Auditores Independentes;
- i) Parecer do Atu rio, relativo a cada plano de benefícios previdencial;
- j) Parecer do Conselho Fiscal; e
- k) Manifestação do Conselho Deliberativo com aprovação das Demonstrações Contábeis.

Nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, são totalizados os saldos das contas dos Planos de Benefícios BD-RJU e BD-FioPrev, Plano de Gestão Administrativa – PGA.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas adotadas pela entidade estão em conformidade com o item II – Procedimentos Operacionais, do Anexo A – Normas Complementares, da Instrução Normativa MPAS/SPC n  34, de 24 de setembro de 2009, e, são resumidas a seguir:

- a) As adições, contribuições previdenciárias e deduções, pagamento de benefícios, as receitas e despesas do PGA, as rendas/variações positivas e as deduções/variações negativas, da gestão de investimentos, são registrados segundo o princípio da competência.
- b) Os ativos de renda fixa: títulos públicos e créditos privados e depósitos, são registrados pelo custo de aquisição, com a inclusão das corretagens e dos emolumentos, e com evidência para o ágio e o deságio, quando aplicado, acrescidos dos rendimentos auferidos em razão do tempo decorrido, até a data do balanço.
- c) As ações adquiridas no mercado   vista são registradas pelo custo de aquisição, acrescidas das despesas diretas de corretagem e outras taxas incidentes, ajustadas ao valor de mercado, com base na legislação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A variação ocorrida na comparação entre os valores registrados na contabilidade e os de mercado é reconhecida diretamente ao resultado. As rendas e as variações positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre o capital próprio devem ser reconhecidas contabilmente a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas ou do ato que formalize a obrigação do emissor.
- d) Os fundos de investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos das despesas diretas incorridas, refletidas na cota diária. A mensuração das cotas segue conforme determinação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- e) Os investimentos imobiliários estão demonstrados ao custo de aquisição, reavaliados em período não superior a três anos e depreciados (exceto terrenos) pelo método linear,   taxa de 2% ao ano ou às taxas correspondentes ao tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos técnicos de avaliação. As instalações são demonstradas ao custo de aquisição e depreciadas pelo método linear   taxa de 10% ao ano.
- f) Os empréstimos e financiamentos referem-se aos empréstimos simples concedidos a participantes, incluídas as parcelas referentes ao principal,   atualização monetária e aos juros até a data do balanço.
- g) Os registros das despesas administrativas são realizados no Plano de Gestão Administrativa – PGA, por meio de sistema de alocações diretas, combinadas com rateios de despesas comuns   gestão previdencial, e de investimentos.

Os bens que constituem o Permanente - Imobilizado estão registrados ao custo de aquisição e são depreciados pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, conforme determinado no Regulamento do Imposto de Renda - RIR.

	<u>% ao ano</u>
Móveis e Utensílios	10
Máquinas e Equipamentos	10
Computadores e Periféricos	20

Os gastos com software e reorganização são amortizados à taxa de 20% ao ano e encontram-se registrados no Permanente – Intangível.

h) A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída com base no item II do ANEXO A da Instrução Normativa MPAS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, que determina a constituição de provisão escalonada equivalente a 25% para atrasos entre sessenta e um dias e cento e vinte dias, 50% para atrasos entre cento e vinte e um dias e duzentos e quarenta dias, 75% para atrasos entre duzentos e quarenta e um dias e trezentos e sessenta dias e 100% para atrasos superiores a trezentos e sessenta dias.

4. GESTÃO PREVIDENCIAL

4.1. CUSTEIO – PLANO BD-FIOPREV

A Reserva Especial para Revisão do Plano estava constituída há mais de 3 exercícios consecutivos, portanto, fez-se necessário reverter seu valor para o Fundo Previdencial - Revisão de Plano, conforme previsto no Art. 17 da Resolução CGPC nº 26/2008.

Ao Conselho Deliberativo caberá a deliberação acerca das medidas, prazos, valores e condições de utilização da reserva especial, em relação aos participantes e assistidos e ao patrocinador, de acordo com o previsto no Art. 20 da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008. Desta forma, já foram adotadas as seguintes medidas:

- Redução parcial de contribuições
- Redução integral ou suspensão da cobrança de contribuições

Participantes Ativos

Contribuições normais mensais de 0% sobre o salário de participação.

Patrocinador

Contribuições normais mensais de 0% sobre a folha de salários, equivalente à contribuição dos participantes ativos.

Assistidos

Contribuições normais mensais de 0% sobre o benefício.

Participantes Autopatrocinados

Contribuições normais mensais de 0% sobre o salário de participação.

4.2. CUSTEIO – PLANO BD-RJU

O Plano foi criado após a instituição do Regime Jurídico Único – RJU pela Lei 8.112/90. Até fevereiro de 2007 o custeio do plano determinava uma contribuição de 1% para a patrocinadora FIOCRUZ e 1% para os participantes.

Em razão do Ofício nº 509/SPC/DEFIS, de 07 de março de 2007, o FioPrev ficou impedido de receber as contribuições da Patrocinadora FIOCRUZ, bem como conceder novos benefícios, inclusive pensões.

Pelo Ofício nº 2733/SPC/DEFIS, de 08 de agosto de 2007, o FioPrev foi autorizado a manter a concessão dos benefícios de risco (pecúlio e suplementação de aposentadoria por invalidez proporcional), inteiramente custeados pelos participantes.

Participantes

Contribuições mensais de 1% sobre os respectivos salários de participação.

Patrocinador

Contribuições mensais em valores idênticos ao dos participantes (suspensas por determinação do Ofício nº 509/SPC/DEFIS).

Assistidos

Contribuições mensais de 5% sobre o valor do Benefício.

O saldo desta rubrica está apresentado no quadro abaixo e compreende basicamente às contribuições relativas ao mês de dezembro, cujo repasse ao Instituto deverá ocorrer no mês de janeiro do exercício seguinte.

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.12	31.12.11
Recursos a Receber	1.240	1.183
Contribuições do mês	1.216	822
Participantes	1.207	814
Autofinanciados	9	8
Contribuições normais em atraso	-	353
Participantes	-	351
Autofinanciados	-	2
Outros Recursos a Receber	24	8
Adiantamentos	5	3
Outros Realizáveis	1.674	1.602
Total da Gestão Previdencial	2.919	2.788

5. GESTÃO DE INVESTIMENTO

5.1. REALIZÁVEL DA GESTÃO DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2012, a carteira consolidada está composta em consonância com a Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 28 de setembro de 2009, registrada conforme quadro demonstrativo abaixo.

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO CONSOLIDADA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.12	31.12.11
Títulos Públicos	88.881	75.075
Títulos públicos Federais	88.881	75.075
Créditos Privados e Depósitos	71.301	63.174
Instituições Financeiras	19.866	16.714
Companhias Abertas	51.435	46.460
Ações	5.189	5.354
Companhias Abertas	5.189	5.354
Fundos de Investimento	67.695	63.232
Ações	18.648	12.389
Multimercado	35.981	36.459
Direitos Creditórios	13.066	14.384
Investimentos Imobiliários	4.356	4.430
Aluguéis e Renda	4.356	4.430
Empréstimos e Financiamentos	4.094	4.562
Empréstimos	4.094	4.562
Total da Gestão de Investimentos	241.516	215.827

5.1.1. Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

Conforme descrito na Política de Investimentos, o gerenciamento do risco de liquidez é uma preocupação constante e, como prudência, são mantidos recursos marcados a mercado suficientes para honrar os compromissos previdenciários no curto prazo. O total de recursos marcados a mercado, em 31 de dezembro de 2012, R\$124.126 mil, representava 59,33% da carteira de renda fixa.

Atendida a necessidade de liquidez e, em função da alta volatilidade das taxas de juros, que gera fortes oscilações na rentabilidade dos ativos de renda fixa, o FioPrev decidiu manter marcados na curva parte dos títulos públicos existentes na carteira de renda fixa. Os títulos privados, em particular, as Cédulas de Crédito Bancário (CCB), também foram mantidas dessa forma por suas próprias características.

O total de recursos marcados na curva, em 31 de dezembro de 2012, R\$ 85.103 mil, representava 40,67% da carteira de renda fixa.

Títulos e Valores Mobiliários	Marcação na Curva		Marcação à Mercado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional	25.525	24.019	63.356	51.056
Subtotal	25.525	24.019	63.356	51.056
Títulos Privados				
Cédula de Crédito Bancário	8.227	9.070	-	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários	13.749	3.921		
Debêntures	29.459	24.304	-	9.165
Depósito à Prazo c/ Garantia Especial	8.143	7.190	11.723	9.523
Subtotal	59.578	44.485	11.723	18.688
Fundos de Investimento				
Fundos Exclusivos	-	-	35.980	36.459
Fundos de Invest. Dir. Cred. - FIDCs	-	-	13.067	14.385
Subtotal	-	-	49.047	50.844
Total	85.103	68.504	124.126	120.588

Em 31 de dezembro 2012, o FioPrev possuía títulos e valores mobiliários na carteira própria, considerando-se os valores aplicados nos segmentos de renda fixa e renda variável, no montante de R\$ 165.371 mil. Em 31 de dezembro de 2011 este valor era de R\$ 143.603 mil.

5.1.2. Composição dos Títulos

Títulos e Valores Mobiliários	Gestão Terceirizada	Carteira Própria	Saldo 31.12.12	Gestão Terceirizada	Carteira Própria
Títulos Públicos					
Notas do Tesouro Nacional	-	88.881	88.881	-	75.075
Subtotal	-	88.881	88.881	-	75.075
Títulos Privados					
Cédula de Crédito Bancário	-	8.227	8.227	-	9.071
Certificados de Recebíveis Imobiliários		13.749	13.749		3.921
Debêntures	-	29.459	29.459	-	33.469
Depósito à Prazo c/ Garantia Especial	-	19.866	19.866	-	16.714
Subtotal	-	71.301	71.301	-	63.175
Fundos de Investimento					
Ações	18.648	-	18.648	12.389	-

Fundos Exclusivos	35.980	-	35.980	36.459	-
Fundos de Invest. Dir. Creditórios	13.067	-	13.067	14.383	-
Subtotal	67.695	-	67.695	63.231	-
Mercado de Ações					
À Vista	-	5.189	5.189	-	5.354
Subtotal	-	5.189	5.189	-	5.354
Total	67.695	165.371	233.066	63.231	143.604

5.1.3. Classificação dos Títulos por vencimento

Títulos Públicos	31.12.12				
	Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Notas do Tesouro Nacional	-	31.361	-	57.520	88.881
Subtotal	-	31.361	-	57.520	88.881
Títulos Privados					
Cédula de Crédito Bancário	-	8.227	-	-	8.227
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	1.486	12.262	13.748
Debêntures	9.626	11.199	8.635	-	29.460
Depósito à Prazo c/ Garantia Especial	-	19.866	-	-	19.866
Subtotal	9.626	39.292	10.121	12.262	71.301
Total	9.626	70.653	10.121	69.782	160.182

Títulos Públicos	31.12.11				
	Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Notas do Tesouro Nacional	-	7.608	20.383	47.084	75.075
Subtotal	-	7.608	20.383	47.084	75.075
Títulos Privados					
Cédula de Crédito Bancário	-	9.071	-	-	9.071
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	1.513	2.408	3.921
Debêntures	14.165	9.118	10.185	-	33.468
Depósito à Prazo c/ Garantia Especial	-	16.714	-	-	16.714
Subtotal	14.165	34.903	11.698	2.408	63.174
Total	14.165	42.511	32.081	49.492	138.249

Os títulos são registrados pelos valores de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.

5.1.4 Investimentos Imobiliários

Edifício Morumbi Square 11º Andar - De acordo com o que determina a Resolução CMN nº 3792, de 24 de setembro de 2009, e a Instrução Normativa MPAS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, que dispõe sobre a obrigação de reavaliação da carteira imobiliária a cada três anos. Em dezembro de 2011, foi realizada a referida reavaliação do imóvel constante da carteira e o resultado da reavaliação foi de R\$ 1.541 mil. A próxima reavaliação deverá ocorrer até dezembro de 2014.

Em 18 de maio de 2012, foi feito um Aditivo ao Contrato de Locação não Residencial, que o FioPrev mantém com a empresa PURAC Sínteses Indústria e Comércio LTDA, referente a locação do 11º andar, do Edifício Morumbi Square, sito a Av. Dr. Chucri Zaidan, 80 – São Paulo – SP, objetivando reajustar o valor do aluguel aos preços praticados no mercado imobiliário. A partir de janeiro de 2013, o valor do aluguel passará dos atuais R\$ 29.040,95 para R\$47.840,00, significando um reajuste da ordem de 64,73%. Desta forma, no período de 2014 a 2017, será aplicado, anualmente, a variação do IGP-M sobre este valor.

5.1.5 Empréstimos e Financiamentos

As provisões para perdas, constituídas em 31 de dezembro de 2012 e 2011, consideraram os critérios definidos pela Instrução Normativa MPAS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e foram determinadas em função da verificação de atraso no recebimento da parcela do valor principal e os seus respectivos encargos.

No quadro abaixo está demonstrada a composição das Operações com Participantes contemplando os saldos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, representados pelo somatório dos empréstimos concedidos e as provisões para perdas.

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.12	31.12.11
Empréstimos	9.877	9.128
Provisões para Perdas	(5.783)	(4.566)
Total	4.094	4.562

5.1.6 Administração dos Investimentos

O Instituto mantém contrato com o Banco Bradesco, credenciado na Comissão de Valores Mobiliários, para atuar como agente custodiante e responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos relativos às operações nos segmentos de renda fixa e renda variável. A gestão dos investimentos é exercida pela própria Entidade e por terceiros, observando o que dispõe sua Política de Investimento, devidamente aprovada pelo Conselho Deliberativo.

5.1.6.1 Rentabilidade das Carteiras

A rentabilidade auferida pela carteira de investimentos, apurada pela RiskOffice através do método de cotas, pode ser assim demonstrada:

Segmento de Aplicação	Exercícios findos em	
	31.12.12	31.12.11
Renda Fixa	16,22%	6,07%
Renda Variável	-23,44%	-18,63%
Imóveis	6,43%	68,22%
Empréstimos	-3,41%	-3,30%
Consolidado	12,51%	4,28%

A meta atuarial dos planos BD-RJU e BD-FIOPREV (INPC + 5% a.a) nos exercícios de 2012 e 2011 foram 11,51% e 11,38%, respectivamente.

6. PERMANENTE

Representados pelo Imobilizado, que compõe os bens utilizados no desempenho das atividades sociais do FioPrev, e pelo Intangível, que são os gastos com aquisição de softwares e instalações em imóveis de terceiros.

A depreciação do Imobilizado e a amortização do Intangível seguem as determinações da Instrução Normativa nº SPC 34, de 24 de setembro de 2009, e estão demonstrados no quadro abaixo.

Descrição	31.12.12	Adições	Exclusões	31.12.11
Ativo Permanente	216	143	35	108
Imobilizado	121	52	33	102

Móveis e Utensílios	23	14	2	11
Máquinas e Equipamentos	10	0	5	15
Aparelhos Cinematográficos	1	0	0	1
Computadores e Periféricos	62	18	23	67
Ventiladores e Refrigeradores de Ar	25	20	3	8
Intangível	95	91	2	6

7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

O Exigível Operacional está subdividido em Gestão Previdencial, Gestão de Investimentos e da Gestão Administrativa, e registra as obrigações decorrentes das operações do Instituto.

7.1. Na Gestão Previdencial estão registrados os compromissos a pagar com benefícios de pagamento único, devoluções de reserva de poupança e outras exigibilidades, conforme descrito no quadro a seguir:

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.12	31.12.11
Benefício de Renda Continuada	114	102
Benefício de Pagamento Único	392	479
Retenções a Recolher	10	8
Outras Exigibilidades	1.244	1.273
Total	1.760	1.862

7.2. Na Gestão Administrativa – PGA, estão registrados os compromissos a pagar pertinentes a administração do respectivo Plano, conforme descrito no quadro abaixo:

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.12	31.12.11
Pessoal e Encargos	482	384
Fornecedores	122	29
Contribuições Associativas	1	0
Convênios	0	1
Retenções a Recolher	30	34
Outras Exigibilidades	893	765
Total	1.528	1.213

8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Representam os valores referentes aos registros dos depósitos judiciais da Gestão Administrativa, relativos ao processo nº 19740.00255/2006-31, pertinente ao Mandado de Segurança com pedido de liminar nº 006.81.01.011532-8, cujo objetivo é a suspensão do recolhimento de Pis e Cofins, pelo FioPrev, nos termos da Lei nº 9.718/98. De acordo com decisão conjunta, constante da ata da reunião entre o FioPrev e o FioSaúde, de 30 de maio de 2012, os valores relativos ao FioSaúde foram incorporados ao FioPrev, conforme indicado no quadro abaixo:

Descrição	Exercícios findos em		
	31.12. 12	Provisões	31.12.11
Contingências Tributárias	1.230	133	1.097
Contingências Tribut-Cisão	3.069	3.069	0
Total	4.299	3.202	1.097

9. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram constituídas com base em cálculos atuariais efetuados por atuário externo e encontram-se demonstrados em consonância com a avaliação atuarial realizada em dezembro de 2012.

Plano BD-RJU - O método atuarial adotado para avaliação atuarial de 2012, do benefício de Aposentadoria por Invalidez e Reversão em Pensão por Morte, foi alterado de Repartição de Capitais de Cobertura para o Agregado. Para o benefício de Pecúlio por Morte, referente aos benefícios a conceder, o método foi alterado de Repartição Simples para Agregado.

Essa mudança no método de financiamento determina a contabilização do valor das obrigações efetivas dos participantes ativos. Uma vez que o Plano tem por característica, o benefício definido para os benefícios de risco, manter o método como repartição levaria a uma distribuição indevida de recursos que seriam necessários, no futuro, para o pagamento dos benefícios de Pecúlio, principalmente.

Para os benefícios já concedidos o método atuarial adotado foi o Agregado. Considerando que:

- a) o déficit apurado nesse exercício é conjuntural;
- b) não havia sido verificado déficit no exercício anterior; e
- c) o fluxo financeiro é suficiente para honrar os compromissos do exercício de 2013, apesar de o seu valor não ser inferior a 10% do total das provisões matemáticas;

o déficit será mantido na contabilização de 31/12/2012, uma vez que estão sendo realizados estudos pelo FioPrev para a viabilidade deste Plano.

Na avaliação atuarial de 31/12/2013, caso seja verificada a manutenção da situação deficitária, deverá ser apresentado um projeto para o seu equacionamento que deverá considerar:

- a) aumento de contribuições e/ou redução de benefícios;
- b) a implantação de novo plano, na modalidade de contribuição definida, ao qual seria incorporado o Plano BD-RJU.

Plano BD-FioPrev - A avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2012, com as premissas de tábua de mortalidade geral AT-2000 e taxa de desconto atuarial de 5,0% a.a., resultou na constituição de Reserva para Revisão de Plano no montante de R\$ 25.726 mil, após o decurso de três exercícios. Esses recursos foram transferidos para o Fundo Previdencial, denominado Revisão de Plano, na conta 2.3.2.1.02.00.00. O Fundo de Revisão do Plano será utilizado conforme definido pelo Conselho Deliberativo da Fundação, de acordo com o previsto no Art. 20 da Resolução CGPC nº. 26, de 29/09/2008.

Respeitando os termos da citada Resolução, o Instituto promoverá uma alteração regulamentar, a fim de estruturar o Plano para a destinação da Reserva para Revisão de Plano, no exercício de 2013, após aprovação do Conselho para esta destinação.

No quadro abaixo está demonstrada a composição consolidada do Passivo Atuarial dos planos administrados pelo FioPrev em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.12	31.12.11
Provisões Matemáticas		
Benefícios Concedidos	64.916	45.569
Benef. Definido Estrut. em Regime de Capitalização	64.916	45.569
BD-RJU	54.784	36.110
BD-FioPrev	10.132	9.459
Benefícios a Conceder	103.476	14.795
Benef. Definido Estrut. em Regime de Cap. Prog.	15.827	13.647
BD-FioPrev	15.827	13.647
Benef. Definido Estrut. em Regime de Cap. não Prog.	87.649	1.148
BD-RJU	86.275	-
BD-FioPrev	1.374	1.148
Total Provisões Matemáticas	168.392	60.364

10. EQUILÍBRIO TÉCNICO

10.1. Resultados Realizados

Representam a totalização dos valores relativos ao Superávit Técnico e do Déficit Técnico Acumulados, apurados anualmente. Na ocorrência de Superávit Técnico, esses valores serão destinados à formação de Reserva de Contingência, limitada a 25% do valor das Provisões Matemáticas, sendo o excedente, se houver, destinados à formação da Reserva Especial para Revisão de Plano, conforme determina o artigo 20 da Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001, bem como o item nº 27 do Anexo A – Normas Complementares da Instrução Normativa MPAS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

No quadro abaixo está demonstrada a composição consolidada do Equilíbrio Técnico em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.12	31.12.11
Equilíbrio Técnico		
Resultados Realizados	(39.330)	77.533
Superávit Técnico Acumulado	6.833	77.533
Reserva de Contingência	6.833	15.091
Reserva para Revisão de Plano	-	62.442
(-) Déficit Técnico Acumulado	(46.163)	-

No quadro a seguir está demonstrada a composição da rubrica Resultados Realizados, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.12	31.12.11
Resultado do Programa Previdencial	(91)	(161)
Fluxo dos Investimentos	25.211	6.238
Constituição/Reversão de Provisões Atuariais	(108.028)	(9.595)
Constituição/Reversão de Fundos	(33.955)	5.412
(=)Superávit ou Déficit Técnico do Exercício	(116.863)	1.894

11. FUNDOS

11.1. Fundo Previdencial

Plano BD-RJU

Constituído em conformidade com os itens 2 e 3 do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA, data base dezembro de 2007, atualizado monetariamente pela rentabilidade dos investimentos.

Plano BD-FioPrev

Constituído pela transferência do saldo da rubrica Reserva para Revisão de Plano, após o decurso de três exercícios, em conformidade com a Demonstração Atuarial – DA, data base dezembro de 2012, que será utilizado conforme definido pelo Conselho Deliberativo, de acordo com o previsto no artigo 20 da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008.

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.12	31.12.11
Fundo Previdencial - Residual	79.597	71.368
Fundo Previdencial – Rev.Plano	25.726	-
Total	105.323	71.368

11.2. Fundo Administrativo

Constituído com base no excedente verificado na apuração do resultado do Plano de Gestão Administrativa - PGA, com a finalidade de suprimento de eventuais necessidades de cobertura para a manutenção dos serviços administrativos. Sua remuneração se dá com base no resultado da gestão da carteira de investimentos do PGA.

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.12	31.12.11
Fundo Administrativo	6.322	5.583
Total	6.322	5.583

11.3. Fundos de Investimentos

Constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade do seu falecimento ou inadimplência.

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.12	31.12.11
Fundos de Investimentos	1.655	1.519
Total	1.655	1.519

12. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

A partir do exercício de 2010, as despesas administrativas dos planos BD-RJU e BDFioPrev, incluindo as despesas administrativas com investimentos, serão custeadas de acordo com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa - RPGA (instituído pela Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009), aprovado pelo Conselho Deliberativo, conforme Ata da terceira reunião ordinária do ano de 2009, realizada em 17 de dezembro de 2009.

O custeio administrativo do Plano de Gestão Administrativa - PGA tem como fonte de recursos, a remuneração obtida pela aplicação financeira dos recursos garantidores dos planos. Pelo RPGA o limite anual para custeio das despesas administrativas do Instituto equivale a 1% dos recursos garantidores. Entretanto, de acordo com o Artigo 15º da Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, o Instituto tem 60 meses, a contar de janeiro/2010, para se adequar ao limite estabelecido no RPGA.

Os recursos destinados pelos planos de benefícios executados pelo Instituto, para o plano de gestão administrativa, corresponderam a 1,21% dos recursos garantidores dos planos do último dia do exercício de 2012, conforme apresentado no quadro de indicadores de gestão administrativa abaixo:

Descrição	Indicadores de Gestão Administrativa			
	Exercícios findos em			
	31.12.12	Limite	31.12.11	Limite
Custeio Administrativo	2.849	1,21%	2.540	1,21%
Recursos Garantidores	234.881		209.857	

13. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

7.000 mil em CCBs da RESUL, considerando um prazo de 60 meses, a partir da data de emissão das cédulas, com período de carência de 12 meses, e remuneração de IGP-M + 9% a.a.

Os pagamentos iniciais aconteceram nas datas previstas, contudo, em função da má gestão dos negócios do grupo CELSP, em especial, na área de saúde, passou-se a conviver com a falta de recursos para liquidação das demais parcelas, gerando a inadimplência que levou os investidores a pedirem o vencimento antecipado dos títulos, em AGE realizada em 15 de outubro de 2009.

Diante do exposto, o FioPrev contratou os serviços da empresa Pinheiro Guimarães Advogados, para entrar com uma Ação de Execução de Título Executivo Extrajudicial contra a RESUL e a CELSP, avalista da operação. Processo nº 0394806-34.2009.8.19.0001, na 44ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, cujo valor total da causa é de R\$ 9.300 mil.

Em abril de 2010, foi integralizado o provisionamento de 100% do investimento para perdas referentes aos valores do ativo, totalizando R\$ 10.518 mil, em 31 de dezembro de 2012.

13.2. Ação ajuizada contra o Fundo Nacional de Desenvolvimento

O FioPrev é parte integrante da Ação Ordinária ajuizada pela Associação Brasileira das Entidades de Previdência Privada – ABRAPP, contra a União, o BNDES e o Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, cujo mérito é obter o ressarcimento da diferença de reajuste do valor de face das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND, decorrentes do critério praticado pelo BNDES/FND.

O processo nº 91.0123902-3 da 23ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro foi julgado procedente no que se refere ao direito das associadas receberem a correção das OFND, que faziam parte de suas carteiras de investimentos no período abrangido entre abril de 1990 a fevereiro de 1991, adotando o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, em vez do indicador Bônus do Tesouro Nacional – BTN, utilizado pela União para efetuar a referida correção. O FioPrev possuía em carteira o valor de Cr\$ 246.386 mil, em agosto de 1991. Embora o mérito tenha sido julgado procedente, o FioPrev optou por não contabilizar os valores ali referenciados, em função do processo judicial ainda está em fase de liquidação.

13.3. Cédulas de Crédito Imobiliário – CCIs da M.Brasil Empreendimentos Marketing e Negócios Ltda

Em virtude da inadimplência das parcelas vencidas nos meses de abril e maio de 2011, e sem prejuízo das 06 (seis) parcelas vencidas no período de outubro de 2010 a março de 2011, objeto de negociação anterior em que os credores das CCIs reunidos em 21 de dezembro de 2010, juntamente com o Sr. Pedro Barenboim, representante legal da M.Brasil e da Barenboim, resolveram postergar os pagamentos das referidas parcelas; e da inadimplência na reconstituição dos recursos da garantia de cessão fiduciária de Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e da cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes dos recebíveis através das vendas pelo cartões de créditos de bandeiras Mastercard e Visa, os credores resolveram pela Declaração do Vencimento Antecipado dos créditos representados pelas CCIs da M.Brasil, notificando a empresa em 02 de junho de 2011. O valor contábil referente a este ativo, em 31 de dezembro de 2012, totalizava R\$ 21.435 mil, totalmente provisionados para perda.

Os credores contrataram o escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr e Quiroga Advogados para assessoria jurídica, objetivando a liquidação extrajudicial das garantias reais existentes na operação.

PARECER ATUARIAL

PLANO BD-RJU

1. INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefício Suplementar ao Regime Jurídico Único (Plano RJU), mantido pelo Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social - FioPrev, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente às Patrocinadoras do Instituto em 31/12/2012.

2. PERFIL DOS PARTICIPANTES

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 31/08/2012.

Os dados individuais foram fornecidos pelo FioPrev à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com o Instituto, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com o FioPrev a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

Participantes Ativos ⁽¹⁾

Descrição	
Número	3.351
Idade Média (anos)	50,7
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	20,4
Salário Mensal Médio (R\$)	9.847,29
Folha Anual de Salários (SRB) (R\$)	428.977.628,95
⁽¹⁾ Considera o Participante Ativo e Autopatrocinado.	

Participantes Assistidos e Beneficiários

Descrição	
Número	37
Idade Média (anos)	73,4
Benefício Mensal Médio em R\$	618,60
Aposentados Inválidos	

Descrição	
Número	136
Idade Média (anos)	57,3
Benefício Mensal Médio em R\$	1.187,81
Beneficiários	
Número	15
Idade Média (anos)	65,3
Benefício Mensal Médio em R\$	466,68

Total	
Número	188
Idade Média (anos)	61,1
Benefício Mensal Médio em R\$	1.018,25

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante correspondessem a um pensionista. Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 31/08/2012. Na avaliação atuarial esses valores foram projetados para 31/12/2012, refletindo o conceito de capacidade.

3. HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo a longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria e dependentes).

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	5% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ⁽¹⁾	2% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempodos salários (SRB)	1,00
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios	0,98
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados	Não utilizada
Hipótese sobre rotatividade	0% a.a.
Tábua de mortalidade geral ⁽²⁾	AT-2000-Basic
Tábua de mortalidade de inválidos ⁽³⁾	AT-83
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability
Outras hipóteses biométricas utilizadas ⁽⁴⁾	Entrada em Aposentadoria e Composição Familiar

⁽¹⁾ O indexador utilizado é o INPC do IBGE.

⁽²⁾ Foi utilizada a tábua AT-2000-Basic, segregada por sexo.

⁽³⁾ Foi utilizada a tábua AT-83, segregada por sexo.

⁽⁴⁾ Foi assumida a hipótese de que todos os Participantes do Plano vão se aposentar na primeira data de elegibilidade ao benefício.

De acordo com o previsto no item 1.2 da Resolução CGPC nº 18/2006, as justificativas para adoção das hipóteses atuariais aplicáveis ao Plano de Benefício Suplementar ao Regime Jurídico Único (Plano RJU) encontram-se arquivadas no Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social - FioPrev à disposição da PREVIC.

O método atuarial adotado para avaliação atuarial dos benefícios de Aposentadoria por Invalidez e Reversão em Pensão por Morte foi alterado de Repartição de Capitais de Cobertura para Agregado e o Pecúlio por Morte referente aos benefícios a conceder foi alterado de Repartição Simples para Agregado, de forma a contabilizar no Plano o valor de suas obrigações efetivas, uma vez que o Plano tem por característica o benefício definido para os benefícios de risco e manter o método como Repartição levaria a uma distribuição indevida de recursos que seriam necessários no futuro para o pagamento dos benefícios de Pecúlio, principalmente.

Excetuada a alteração no método atuarial citada no parágrafo anterior, informamos que não ocorreram alterações nas hipóteses atuariais e econômicas na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício de 2011.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respei-

tando-se a legislação vigente, as características da massa de Participantes e o Regulamento do Plano de Benefícios.

Em nossa opinião, as hipóteses utilizadas nesta avaliação atuarial são apropriadas e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

4. POSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor, a composição das Provisões Matemáticas em 31/12/2012 é a apresentada no quadro a seguir.

As Provisões Matemáticas foram certificadas com base nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdencial, Administrativos e de Investimentos fornecidos pelo FioPrev posicionados em 31/12/2012.

Conta	Nome	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	181.081.840,42
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	94.896.429,21
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	141.059.088,05
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	54.784.136,05
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	0,00
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	54.784.136,05
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	3.116.261,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	51.667.875,05
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	86.274.952,00
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Conta - Parcela Patrocinador	0,00
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Conta - Parcela Participante	0,00
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	0,00
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	86.274.952,00
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	112.775.944,00
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	0,00
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	26.500.992,00
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	26.500.992,00
2.3.1.1.02.04.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	
2.3.1.1.02.05.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	0,00

Conta	Nome	R\$
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	0,00
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	0,00
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participante	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participante	0,00
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistido	0,00
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participante	0,00
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistido	0,00

2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	(46.162.658,84)
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	(46.162.658,84)
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.01.01.01	- Reserva de Contingência	0,00
2.3.1.2.01.01.02	- Reserva para Revisão do Plano	0,00
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	46.162.658,84
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	0,00
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	86.185.411,21
2.3.2.1.00.00.00	Fundos Previdenciais	79.597.355,98
2.3.2.1.01.00.00	Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	0,00
2.3.2.1.02.00.00	Revisão de Plano	0,00
2.3.2.1.03.00.00	Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	79.597.355,98
2.3.2.2.00.00.00	Fundos Administrativos	5.381.667,10
2.3.2.3.00.00.00	Fundos dos Investimentos	1.206.388,13

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano de Benefício Suplementar ao Regime Jurídico Único (Plano RJU) vigente em 31/12/2012, Plano este que se encontra em manutenção.

Em relação à estruturação das Provisões observamos ainda o que se segue:

- a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- c) As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e de pecúlio por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).
- d) As provisões referentes à futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte e de pecúlio por morte do futuro inválido calculada para Participante Ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).
- e) As provisões referentes à pensão por morte e pecúlio por morte de Participante Ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Em atendimento ao disposto no Art. 5º da Resolução CGPC nº 26/2008, esclarecemos que o Fundo do Programa Previdencial do Plano, no valor de R\$ 79.597.355,98, foi constituído pelo atuário anterior do Plano na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2008, e foi devidamente atualizado até a data da presente avaliação atuarial. Este valor permanecerá registrado em Fundo Previdencial até a decisão do Conselho quanto à sua destinação.

Considerando que o déficit apurado nesse exercício decorre da alteração do método atuarial para avaliar a sua real situação financeira, e como não houvesse sido verificado déficit no exercício anterior, e o fluxo financeiro é suficiente para honrar os compromissos do exercício de 2013, apesar de o seu valor não ser inferior a 10% do total das Provisões Matemáticas, o mesmo será mantido na contabilização de 31/12/2012, uma vez que estão sendo realizados pelo Instituto estudos para verificar a viabilidade deste Plano.

5. PLANO DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2013

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as Patrocinadoras e os Participantes deverão efetuar contribuições para o Plano de Benefício Suplementar ao Regime Jurídico Único (Plano RJU) com base nos seguintes níveis:

Patrocinadoras

A Contribuição Normal de Patrocinadora será nula no exercício 2013.

Participantes Ativos

Os Participantes Ativos deverão efetuar Contribuição Normal de Participante, conforme definido no Regulamento, equivalente a 1% do Salário de Participação do Plano de Benefícios (equivalente a R\$ 4.520.013,26 de 31/12/2012).

Participantes Autopatrocinados

O Participante Autopatrocinado deverá recolher ao Plano, além das contribuições de sua responsabilidade, descritas no item Contribuições de Participantes Ativos, as contribuições que seriam vertidas por sua ex-Patrocinadora ao FioPrev em decorrência da sua vinculação ao Plano.

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Contribuição para cobertura das despesas administrativas nula no exercício de 2013.

Participantes Assistidos

Os Participantes Assistidos efetuarão contribuições equivalentes a 5% do valor do benefício (equivalente a R\$ 271.200,80 de 31/12/2012).

Despesas Administrativas

As despesas de administração do Plano, incluindo as despesas com investimentos, serão custeadas conforme Plano de Gestão Administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo em 17/12/2009.

* * *

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 01/04/2013, permanecendo nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2013 o custeio do exercício anterior apurado na avaliação atuarial de dezembro de 2011.

6. LIMITE LEGAL DAS DESPESAS

Em conformidade com o Art. 6º da Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, registramos que o limite anual de recursos destinados para a gestão administrativa pelo conjunto de Planos de Benefícios administrados pelo FioPrev que são vinculados à Lei Complementar nº 108, de 29/05/2001, será de 1% do montante dos recursos garantidores dos mencionados Planos no último dia útil do exercício de 2013, conforme Plano de Gestão Administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo em 17/12/2009.

7. CONCLUSÃO

Certificamos que o Plano de Benefício Definido (Plano RJU) do FioPrev está deficitário em 31/12/2012 e durante o exercício de 2013 o Instituto realizará estudos sobre a viabilidade deste Plano. O método atuarial adotado para avaliação atuarial dos benefícios de Aposentadoria por Invalidez e Reversão em Pensão por Morte foi alterado de Repartição de Capitais de Cobertura para o Agregado e o Pecúlio por Morte referente aos benefícios a conceder foi alterado de Repartição Simples para Agregado, de forma a contabilizar no Plano o valor das suas obrigações efetivas, uma vez que o Plano tem por característica o benefício definido para os benefícios de risco e manter o método como Repartição levaria a uma distribuição indevida de recursos que seriam necessários no futuro para o pagamento dos benefícios de Pecúlio, principalmente.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2013.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Maria da Fé Pinto
M.I.B.A. nº 746

Rodrigo Salgado Cardoso
M.I.B.A. nº 1.317

PARECER ATUARIAL PLANO BD-FIOPREV

1. INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefício Definido (Plano CLT), mantido pelo Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social - FioPrev, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente às Patrocinadoras do Instituto em 31/12/2012.

2. PERFIL DOS PARTICIPANTES

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 31/08/2012.

Os dados individuais foram fornecidos pelo FioPrev à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com o Instituto, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com o FioPrev a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

Participantes Ativos ⁽¹⁾

Descrição	
Número	76
Idade Média (anos)	43,2
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	11,4
Salário Mensal Médio (R\$)	4.107,75
Folha Anual de Salários (SRB) (R\$)	3.351.923,64

⁽¹⁾ Considera o Participante Ativo, Autopatrocinado e BPD aguardando (incluindo Benefício Saldado).

Participantes Assistidos e Beneficiários

Descrição	
Aposentados	
Número	54
Idade Média (anos)	83,1
Benefício Mensal Médio em R\$	895,06

Aposentados Inválidos

Descrição	
Número	4
Idade Média (anos)	72,3
Benefício Mensal Médio em R\$	607,90

Beneficiários	
Número	44

Idade Média (anos)	73,2
Benefício Mensal Médio em R\$	698,29
Total	
Número	101
Idade Média (anos)	78,5
Benefício Mensal Médio em R\$	799,91

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante correspondessem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 31/08/2012. Na avaliação atuarial esses valores foram projetados para 31/12/2012, refletindo o conceito de capacidade.

3. HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo a longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria e dependentes).

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	5% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ⁽¹⁾	0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários (SRB)	1,00
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios	0,98
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados	Não utilizada
Hipótese sobre rotatividade	0% a.a.
Tábua de mortalidade geral ⁽²⁾	AT-2000-Basic
Tábua de mortalidade de inválidos ⁽³⁾	AT-83
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability
Outras hipóteses biométricas utilizadas ⁽⁴⁾	Entrada em Aposentadoria e Composição Familiar

⁽¹⁾ O indexador utilizado é o INPC do IBGE.

⁽²⁾ Foi utilizada a tábua AT-2000-Basic, segregada por sexo.

⁽³⁾ Foi utilizada a tábua AT-83, segregada por sexo.

⁽⁴⁾ Foi assumida a hipótese de que todos os Participantes do Plano vão se aposentar na primeira data de elegibilidade ao benefício.

De acordo com o previsto no item 1.2 da Resolução CGPC nº 18/2006, as justificativas para adoção das hipóteses atuariais aplicáveis ao Plano de Benefício Definido (Plano CLT) encontram-se arquivadas no Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social - FioPrev à disposição da PREVIC.

O método atuarial adotado foi o Agregado para a avaliação de todos os benefícios do Plano, exceto os benefícios de Auxílio-Doença e Auxílio-Reclusão, que foram avaliados pelo método de Repartição Simples. O benefício de Auxílio-Reclusão foi considerado imaterial para fins desta avaliação em função da experiência do Instituto.

Informamos que não ocorreram alterações nas hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício de 2011.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano de Benefícios.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

4.POSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor informado pelo FioPrev, a composição das Provisões Matemáticas em 31/12/2012 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Administrativos e de Investimentos fornecidos pelo FioPrev posicionados em 31/12/2012.

Conta	Nome	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	61.280.471,68
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	34.165.872,04
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	27.332.697,63
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	10.131.689,00
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	0,00
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	10.131.689,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	5.982.152,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	4.149.537,00
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	17.201.008,63
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Conta - Parcela Patrocinador	0,00
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Conta - Parcela Participante	0,00
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	15.826.948,63
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	15.826.948,63
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	1.374.060,00
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	1.374.060,00
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.04.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	0,00
2.3.1.1.02.05.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	0,00
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	0,00
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	0,00
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador	0,00

2.3.1.1.03.01.02	(-) Participante	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participante	0,00
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistido	0,00
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participante	0,00
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistido	0,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	6.833.174,41
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	6.833.174,41
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	6.833.174,41
2.3.1.2.01.01.01	- Reserva de Contingência	6.833.174,41
2.3.1.2.01.01.02	- Reserva para Revisão do Plano	0,00
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	0,00
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	27.114.599,64
2.3.2.1.00.00.00	Fundos Previdenciais	25.725.678,76
2.3.2.1.01.00.00	Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	0,00
2.3.2.1.02.00.00	Revisão de Plano	25.725.678,76
2.3.2.1.03.00.00	Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	0,00
2.3.2.2.00.00.00	Fundos Administrativos	
2.3.2.3.00.00.00	Fundos dos Investimentos	

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano de Benefício Definido (Plano CLT) vigente em 31/12/2012, Plano este que se encontra em manutenção.

Em relação à estruturação das Provisões observamos ainda o que se segue:

a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

c) As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e de pecúlio por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).

d) As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e de pecúlio por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).

e) As provisões referentes à pensão por morte e pecúlio por morte de Participante Ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Conforme previsto no Art. 17 da Resolução CGPC 26/2008, a Reserva Especial para Revisão do Plano no montante de R\$ 25.725.678,76 foi alocada ao Fundo Previdencial.

Considerando que já foi efetivada no Plano a redução integral de contribuições, conforme previsto na Resolução CGPC nº 26/2008, o Conselho Deliberativo deverá deliberar acerca das medidas, prazos, valores e condições de

utilização da reserva especial em relação aos Participantes e Assistidos e ao Patrocinador, que, considerando a citada Resolução, deverá recair sobre a melhoria dos benefícios ou reversão de valores.

Respeitando os termos da citada Resolução, o Instituto promoverá uma alteração regulamentar, no exercício de 2013, a fim de estruturar o Plano para a destinação do Fundo Previdencial - Revisão de Plano desde que devidamente aprovado pelo Conselho.

5. PLANO DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2013

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as Patrocinadoras e os Participantes deverão efetuar contribuições para o Plano de Benefício Definido (Plano CLT) com base nos seguintes níveis:

Patrocinadoras

As Patrocinadoras não efetuarão contribuições no exercício de 2013.

Participantes Ativos

Os Participantes Ativos não efetuarão contribuições no exercício de 2013.

Participantes Autopatrocinados

O Participante Autopatrocinado deverá recolher ao Plano, além das contribuições de sua responsabilidade, descritas no item Contribuições de Participantes Ativos, as contribuições que seriam vertidas por sua ex-Patrocinadora ao FioPrev em decorrência da sua vinculação ao Plano.

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Os Participantes em BPD não deverão efetuar contribuições para cobertura das despesas administrativas no exercício de 2013.

Participantes Assistidos

Os Participantes Assistidos não efetuarão contribuições no exercício de 2013.

Despesas Administrativas

As despesas de administração do Plano, incluindo as despesas com investimentos, serão custeadas conforme Plano de Gestão Administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo em 17/12/2009.

* * *

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 01/04/2013, permanecendo nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2013 o custeio do exercício anterior apurado na avaliação atuarial de dezembro de 2011.

6. LIMITE LEGAL DAS DESPESAS

Em conformidade com o Art. 6º da Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, registramos que o limite anual de recursos destinados para a gestão administrativa pelo conjunto de Planos de Benefícios administrados pelo FioPrev que são vinculados à Lei Complementar nº 108, de 29/05/2001, será de 1% do montante dos recursos garantidores dos mencionados Planos no último dia útil do exercício de 2013, conforme Plano de Gestão Administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo em 17/12/2009.

7. CONCLUSÃO

Certificamos que o Plano de Benefício Definido (Plano CLT) do FioPrev está superavitário em 31/12/2012. Conforme previsto no Art. 17 da Resolução CGPC nº 26/2008, a Reserva Especial para Revisão do Plano, no montante de R\$ 25.725.678,76, foi alocada ao Fundo Previdencial - Revisão de Plano.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2013.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Maria da Fé Pinto
M.I.B.A. nº 746

Rodrigo Salgado Cardoso
M.I.B.A. nº 1.317

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

À
DD. DIRETORIA DO
INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL - FIOPREV
RIO JANEIRO - RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Examinamos as demonstrações contábeis do INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL - FIOPREV, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL - FIOPREV é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores, e pareceres do atuário responsável pelos cálculos das provisões matemáticas e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente e causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL - FIOPREV para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL - FIOPREV. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis consolidadas e individuais

A entidade apresenta falha nos controles internos das rubricas de contas a receber e retenções e encargos a recolher, que podem comprometer a adequação dos saldos contábeis.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis consolidadas e individuais, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL - OFIOPREV e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Parágrafo de ênfase

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 9 e nº 10, o Plano BD-RJU apresentou déficit nesse exercício no montante de R\$ 46.163 mil. Na avaliação atuarial de 31/12/2013, caso seja verificada a manutenção da situação deficitária, deverá ser apresentado um projeto para o seu equacionamento que deverá considerar: a) aumento de contribuições e/ou redução de benefícios; e b) a implantação de novo plano, na modalidade de contribuição definida, ao qual seria incorporado o Plano BD-RJU. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2013.

UHY MOREIRA - AUDITORES
CRC RS 3717 S RJ
JORGE LUIZ M. CEREJA
Contador CRC RS 43679 S RJ
CNAI N° 539
Sócio - Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O conselho Fiscal do Instituto Oswaldo Cruz de seguridade social FIOPREV, no exercício de suas atribuições legais estatutárias, examinou o balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2012, bem como as respectivas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo de 2012.

Com base nas análises efetuadas pelo colegiado no decorrer do exercício e à vista do parecer dos Auditores - UHY Moreira Auditores e do parecer Atuarial Humam Resource Consulting Ltda, o conselho é de opinião que os atos dos administradores por ele examinados, ressalvada a recomendação efetuada na ata da 4º reunião ordinária, ocorrida nos dias 19 e 20 de fevereiro de 2013, deste conselho, demonstram que os administradores têm se empenhado em desenvolver uma cultura que enfatiza a importância dos controles internos em todos os níveis hierárquicos.

Observa - se que as referidas demonstrações refletem adequadamente a posição patrimonial, de resultado e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2012, pelo que recomenda a sua aprovação.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2013.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo do Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social - FioPrev, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração da Mutação do ativo Líquido Consolidada, a demonstração das Obrigações Atuariais dos Planos de Benefícios, as Notas Explicativas, o Parecer Actuarial, o Parecer dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal, bem como as demais demonstrações contábeis relativas ao encerramento dos exercícios findo em 31 de dezembro de 2012, observado o disposto no parecer dos Auditores independentes e do Conselho Fiscal, resolvem aprovar com restrições o Balanço Patrimonial do FioPrev, conforme a ressalva constante do Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal do FioPrev.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2013.